

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CEDCA/PE**

**ATA DA 269ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA
Realizada em 05 de agosto de 2010**

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e dez, às quatorze horas e quarenta minutos, na sua sede, situada à Rua Correia de Araújo número noventa e três, no bairro das Graças – Recife/PE é realizada a ducentésima sexagésima nona Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros (as) Maria Madalena Peres Fucks, titular da Cidade Evangélica dos Órfãos; José Rufino da Silva, titular do Centro de Estudos e Desenvolvimento Social – CEDES; Eudes de Freitas Moraes, suplente da Ação Paróquia de Palmares – ASPP; Gênova Maria Silva, titular da Associação Santa Clara; Maria de Lourdes Viana Vinokur, titular da Associação Portadores de Direitos Especiais - PODE; Maria Aparecida do Nascimento, titular do Centro de Desenvolvimento Comunitário de Serra Talhada – CEDECOMST; Rosa Maria Lins de Albuquerque Barros Correia, titular do Gabinete do Governador; Danielle de Belli Claudino, suplente do Gabinete do Governador; Daniel Ferreira de Lima, suplente da Secretaria de Defesa Social; Almeri Bezerra de Mello, titular da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; José Fernando da Silva, suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; Ana Coelho Vieira Selva, titular da Secretaria Estadual de Educação; e Regina Celi de Melo André, suplente da Secretaria Estadual de Educação. Também se registra a presença da diretora executiva do CEDCA/PE, Ana Célia Cabral de Farias e dos técnicos: Leonardo José Wanderley Feitosa, Luciano Pinheiro, Eliane Mamede e Ana Elisabeth Harle de Castro. A plenária é coordenada pela presidente Rosa Barros que submete a aprovação da pauta e das atas da ducentésima sexagésima sexta Assembleia Ordinária e da centésima Assembleia Extraordinária. Após aprovação da pauta e das atas, a presidente inicia a discussão sobre os resultados do Programa Estadual de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAM e do novo projeto de continuidade das ações do Programa no Estado de Pernambuco. Passa a palavra para o gerente geral de Promoção da Justiça e Defesa dos Direitos Humanos, Paulo Roberto Xavier de Moraes, que agradece a oportunidade de estar discutindo o Programa no CEDCA/PE. O representante da Secretaria Estadual de Justiça e de Direitos Humanos apresenta dados gerais sobre o PPCAM. Relata que foram realizadas, no período de setembro de 2007 a julho de 2010, 377 solicitações, sendo: 110 casos protegidos, 259 não incluídos e 08 estão em avaliação. Que os 259 casos não incluídos ao PPCAM foram motivados por desinteresse (128 casos); ausência de retorno do órgão solicitante (27 casos); ameaça não configurada (56 casos) e encaminhamento para outros serviços/famílias (48 casos). Dos atendidos pelo PPCAM, 110 são crianças e adolescentes e 116 familiares protegidos. De acordo com as solicitações por porta de entrada, de setembro de 2007 a julho de 2010, 276 foram feitas pelo Conselho Tutelar, 76 pelo Poder Judiciário, 21 pelo Ministério Público e 04 permutas. Considerando a quantidade de protegidos, por gênero: 91 foram do sexo masculino e 19 do feminino. O quantitativo de desligamentos teve como principais causas a evasão, solicitação do incluído, descumprimento do termo ou

norma e consolidação da inserção social, totalizando 88 casos. O gerente geral de justiça e direitos humanos relata as dificuldades e os benefícios alcançados por meio do Programa e sobre o novo projeto apresentado para dar continuidade ao PPCAM no Estado de Pernambuco. Após análise, o Conselho Estadual delibera que sejam feitas adequações referentes às despesas do PPCAM com a manutenção dos atendidos. Considerando o princípio da transparência sobre a seleção pública da entidade executora que dará continuidade ao Programa no Estado, o CEDCA/PE delibera que seja feita uma consulta a Procuradoria Geral do Estado sobre a possibilidade da entidade “Tortura Nunca Mais” continuar executando o Programa em Pernambuco. Delibera também que seja realizado um Seminário de Avaliação sobre o PPCAM, previsto no projeto aprovado anteriormente. Que seja solicitado o detalhamento orçamentário referente aos três anos do PPCAM em Pernambuco. Após a apresentação sobre o PPCAM, a presidente Rosa Barros passa a palavra para o consultor do Centro Dom Hélder Câmara - CENDHEC, Renato Pinto, que faz um relato sobre continuidade do “Projeto Saber Notificar para Bem Cuidar”, iniciado no ano de 2009, que é executado pelo CENDHEC com o apoio da UNICEF. Considerando a importância de fortalecer a continuidade das ações relativas à notificação da violência contra crianças e adolescentes no Estado de Pernambuco; Considerando que a notificação constitui-se em um importante instrumento de proteção à criança e/ou adolescente, o CEDCA/PE delibera pelo apoio ao projeto por meio da articulação dos municípios e também da participação no Grupo de Trabalho sobre a notificação. O consultor do CENDHEC, Renato Pinto, se compromete que irá socializar com CEDCA/PE o projeto de continuidade “Saber Notificar para bem Cuidar”. Dando prosseguimento a pauta, inicia-se o relato da **Câmara Temática Socioeducativa e Protetiva**: Sobre o Projeto de Construção de um Centro de Atendimento Socioeducativo – Feminino apresentado pela Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, o Conselho Estadual considerando os parâmetros estabelecidos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, no item 2.2.1 sobre o “Espaço físico, infraestrutura e capacidade”; Considerando o item 7.4 do SINASE referente a especificação das unidades de atendimento que executam internação; Considerando que o projeto arquitetônico para construção de um CASE Feminino planta baixa demonstra apenas a construção de uma unidade de atendimento; Considerando que o projeto em análise propõe a construção de uma unidade para atender 72 adolescentes, subdividida em espaços de convivência para 12 adolescentes; Considerando que o projeto prevê a existência de apenas uma equipe pedagógica. Delibera pela não aprovação do projeto, tendo em vista que o mesmo não está em consonância com o SINASE no que se refere a capacidade atendimento. **Câmara Temática de Políticas Públicas**: sobre o projeto “Resgate Criança” apresentado pela entidade “O Pequeno Nazareno”: O CEDCA/PE considerando o disposto no art.92, inciso III, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) onde prevê que o acolhimento Familiar deverá ser personalizado e em pequenos grupos; Considerando a Resolução conjunta nº01/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e do Conselho Nacional de Assistência Social que institui o Plano Nacional de Promoção, Proteção de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária; Considerando as orientações técnicas sobre o Serviço de Acolhimento Institucional da Criança e Adolescente (Resolução Conjunta nº 01/2009, do CONANDA e do CNAS) em que fixam que os pequenos grupos de que trata o art.92 III da Lei nº 8.069/90 devem ser constituídos, por no máximo, 20 crianças e Adolescentes. O

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Correia de Araújo, 93 - Graças CEP 52011-290 Recife - PE Tel. (81) 3184 7000

CNPJ 10.5710982/0001-25 www.cedca.pe.gov.br - cedca@cedca.pe.gov.br

97 CEDCA/PE delibera que a entidade faça adequação da quantidade máxima de
98 crianças e adolescentes a serem atendidos pelo Projeto. Que sejam apresentadas
99 justificativas consistentes para atender crianças e adolescentes do Recife, em outro
100 município. Que apresentem resultados já alcançados na reintegração familiar e
101 adoção nos últimos dois anos. Que, no projeto apresentado, seja estabelecida a meta
102 para reintegração. Delibera também que seja feita uma visita a referida instituição a
103 fim de o projeto seja analisado pela plenária em outro momento. Sobre o projeto
104 Inclusão Digital de Crianças e Adolescentes da Comunidade do Sossego, da
105 Associação Comunitária do Sossego. Considerando que o projeto não apresenta
106 proposta que contempla aspectos fundamentais para a inclusão digital de crianças e
107 adolescentes da comunidade e que necessita de ser mais detalhado, o CEDCA/PE
108 delibera que o mesmo seja retirado de pauta para uma análise posterior. **Informes:** A
109 presidente informa que será realizada uma reunião com os representantes do Fórum
110 Estadual da Criança e do Adolescente para discutir a estrutura dos Conselhos
111 Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Informa ainda que
112 no dia 17 de agosto de 2010, às 9 horas, na Fundação Joaquim Nabuco- FUNDAJ,
113 será realizada uma Assembleia Conjunta do CEDCA/PE com o Conselho Estadual de
114 Assistência Social para a conclusão da avaliação e monitoramento do Plano Estadual
115 de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. A presidente
116 Rosa Barros agradece a presença de todos, encerrando a Assembleia às 18:00h
117 (dezoito horas). Para constar, esta Ata foi lida, aprovada e assinada pela Presidente.

118
119 **Rosa Maria Lins de Albuquerque Barros Correia**
120 Presidente do CEDCA/PE